

ESTRATÉGIAS PARA A PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE: A UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS COMO CENÁRIO

Línea Temática: Prácticas para la reducción del abandono: acceso, integración, planificación.

AFONSO, Mariângela da Rosa

RIBEIRO, José Antonio Bicca

RAMOS, Maria da Graça Gomes

GARCIA, Tânia Elisa Morales

Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) - BRASIL

E-mail: cafonso@terra.com.br

Resumo: Nos últimos anos tem-se percebido uma crescente evolução no Ensino Superior, com um aumento do número de vagas nas Universidades, bem como a criação de novos cursos de formação. Porém se faz necessária uma reflexão acerca da manutenção dos estudantes no Ensino Superior, visto que, a evasão neste segmento, também possui números significativos. O REUNI (Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais Brasileiras) tem como objetivo principal a ampliação no acesso e permanência na educação superior, num prazo de 5 anos (2008 - 2012), sendo uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O foco deste estudo foi investigar, junto à Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), com um foco principal no curso de Educação Física da Escola Superior de Educação Física (ESEF/UFPEL), quais as estratégias de permanência tem sido adotadas para que os alunos tenham a possibilidade de manter-se na Universidade, bem como a contribuição para a formação acadêmica,. Os dados deste trabalho também fazem parte de um estudo maior financiado pelo Observatório da Educação (CAPES/INEP), projeto “Educação Superior no Brasil: desafios contemporâneos, desenvolvido por uma rede de pesquisadores no âmbito do Grupo de Estudos sobre Universidade, vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (GEU/UFRGS), ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Pós-Graduação em Educação desta mesma instituição. A UFPEL, atualmente, tem procurado atender aos alunos com diferentes tipos de bolsas vinculadas à suas Pró-Reitorias: Pró-Reitoria da Graduação com; Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PRPPG); Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREC), Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE). No total, aproximadamente 4300 alunos são beneficiados com o programa de bolsas. O estudo caracterizou-se por ser quali-quantitativo e utilizou-se um questionário semiestruturado, aplicado com 94 estudantes do 5º e 7º semestres dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Educação Física. Os estudantes indicaram que a principal vantagem proporcionada pelo programa de bolsas foi a aquisição de um conhecimento mais aprofundado na área de atuação, além do financeiro. Quanto ao tipo de bolsa recebida, a maioria dos acadêmicos, 46,9%, indicou ter recebido bolsa de extensão universitária, mostrando que além de possibilitar a permanência na Universidade, a atuação prática no campo de trabalho, atuando junto à comunidade, pode proporcionar uma formação inicial mais qualificada. Sendo assim, pode-se concluir que o programa de bolsas da ESEF/UFPEL, atua como uma importante ferramenta de manutenção dos acadêmicos no Ensino Superior, além de possibilitar um maior crescimento profissional.

Palavras-chave: Universidade, Formação, Bolsas, Prática docente, Permanência.

1 Introdução

Nos últimos anos tem-se percebido mudanças no Ensino Superior, com um aumento do número de vagas nas Universidades tanto públicas quanto privadas. Porém se faz necessária uma reflexão acerca da permanência dos estudantes no Ensino Superior, visto que, a evasão neste segmento, também possui números significativos.

A principal política governamental para o Ensino Superior, instituída em 2007, foi o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão para as Universidades Federais (Reuni). Seu objetivo era a expansão do acesso e a ampliação das matrículas nas instituições públicas, a partir de um melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais. O Programa também teve como meta a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90% e da relação de 18 alunos de graduação em cursos presenciais por professor ao final de cinco anos (ANDIFES, 2010).

O REUNI deixa a cada universidade estipular medidas concretas nesse campo ou não. Seu impacto é, portanto, difuso e aleatório. Além disso, os resultados gerais do programa em termos de expansão de matrículas e ganhos de eficiência têm sido criticados.

Os investimentos públicos nas IFES cresceram de 9,6 bilhões de reais em 2003 para 23,6 bilhões em 2011. Esse investimento serviu para um aumento expressivo do número de IES públicas, sobretudo universitárias e para um crescimento do número de vagas e matrículas iniciais nessas instituições. Não garantiu, até agora, no entanto, uma redução expressiva da evasão e um aumento de eficiência geral do segmento.

Dentro deste contexto de expansão, estudos têm sido realizados buscando compreender tanto o fenômeno de evasão, quanto as estratégias criadas para que os

estudantes permaneçam nas universidades. Segundo Gaioso (2005) este é um problema que vem preocupando as instituições de ensino em geral, sejam públicas ou particulares, pois tem provocado graves consequências acadêmicas e econômicas.

Os estudos de Gisi (2006) apontam para a dificuldade de permanência no ensino superior para os alunos de setores sociais menos favorecidos, não só pela falta de recursos para pagar as mensalidades, mas também pela falta de aquisição de “capital cultural” ao longo da trajetória de sua vida e de seus estudos, o que não se obtém de um momento para o outro.

Todo este processo é complexo, e embora os programas de governo tenham permitido expressiva expansão de matrículas no terceiro grau, no entanto, há grande preocupação por parte de estudiosos na qualidade de ensino das IES tanto públicas quanto privadas e na permanência desses discentes na universidade.

Para Lisboa (2003) é importante considerar também a parcela da população que ingressa no ensino superior (grau de acesso) a proporção da população que conclui nesse nível de ensino (grau de conclusão): muitas vezes, a proporção de egressos (grau de conclusão) destes alunos é muito maior que o número de ingressantes (grau de acesso). É preciso então investir em criar subsídios que garantam ao universitário sobreviver às necessidades da vida acadêmica universitária, tais como: auxílio alimentação, moradia, bolsa trabalho, orientação.

1.2 Objetivo

O foco deste estudo foi investigar, junto à Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), a expansão ocorrida após implantação das políticas originadas pelo REUNI, e quais as estratégias de permanência tem sido adotadas para que os alunos tenham a possibilidade de manter-se na Universidade. Adentramos ainda mais especificamente no curso de Educação Física da Escola Superior

de Educação Física (ESEF/UFPEL), a fim de compreender o investimento e ações que auxiliem a qualificação da formação e os possíveis fatores que incentivam à permanência na universidade.

Os dados deste trabalho também fazem parte de um estudo maior financiado pelo Observatório da Educação (CAPES/INEP), projeto “Educação Superior no Brasil: desafios contemporâneos”. Desenvolvido por uma rede de pesquisadores no âmbito do Grupo de Estudos sobre Universidade, vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (GEU/UFRGS), ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Pós-Graduação em Educação desta mesma instituição.

2 Metodologia

Como proposta investigativa optou-se pelo modelo de pesquisa qualitativa de cunho descritivo. No primeiro eixo, foram utilizados como fonte de dados bancos de dados do INEP: Censo da Educação Superior, e informações disponibilizadas no site da CAPES, ou seja, documentos de abrangência nacional.

Na instância da investigação *in loco*, foram utilizados documentos de natureza institucional como relatórios, informativos e outros materiais associados ao foco do estudo, informações disponibilizadas no site da instituição. Na construção da base documental foram mapeadas as propostas/programas institucionais buscando captar as estratégias existentes na instituição para a expansão tanto dos cursos de Graduação quanto de Pós-Graduação buscando comparar os propósitos traçados pelas suas políticas com as públicas nacionais para a expansão do Ensino Superior, alinhadas às propostas internacionais.

Ainda como modelo investigativo/metodológico, foram realizadas entrevistas com gestores representantes institucionais. A entrevista semiestruturada

possibilitou obter dados comparáveis entre os vários sujeitos. Na condução do processo de coleta de dados tomou-se como referência as orientações de Bogdan e Biklen (1994), que aconselham a formulações de questões em um nível substantivo, como uma forma de orientar a coleta de dados; replanejar as sessões de coleta de dados a partir de sessões anteriores; anotar e reler comentários acerca das ideias que surgem enquanto se está no campo de investigação e explorar a literatura existente, de modo a conhecer que resultados já encontrados por outros investigadores são importantes para o estudo.

As falas foram analisadas de forma conjunta, entremeando-se muitas vezes os depoimentos dos entrevistados. Nesse procedimento, buscou-se uma forma de interação intersubjetiva, que transpusesse o nível tradicional baseado na unilateralidade da pergunta-resposta com a intenção de encontrar-se na entrevista um meio de buscar as mediações e contradições apresentadas por diferentes olhares da realidade. A fim de preservar o anonimato dos docentes entrevistados estes não foram listados em nenhum momento do estudo.

Bogdan e Biklen (1994) acrescentam ainda que, a análise de conteúdo, quando incide sobre um material rico, desenvolve-se satisfazendo as exigências do rigor metodológico e da profundidade inventiva, que nem sempre são facilmente conciliáveis. Enfatizam também, que, para cada investigação, os métodos devem ser escolhidos e utilizados com flexibilidade, em função dos objetivos propostos, do modelo de análise e das hipóteses. E que os métodos de análise de conteúdo, ao implicarem a aplicação de processos técnicos relativamente precisos, permitem ao investigador elaborar uma interpretação que não tome como referência os seus próprios valores e representações.

No segundo eixo, a análise se deu de forma quantitativa, através da exposição dos valores percentuais e de frequência, dado o

interesse em aprofundar como estão sendo conduzidas as ações e estratégias que contribuem para a permanência dos alunos na UFPEL. Buscamos investigar um Curso de Graduação que participou do processo de expansão, com a criação do Curso de Bacharelado, bem como, a implantação do Curso de Licenciatura em Educação Física noturno.

3 Apresentação dos Resultados

3.1 O cenário investigado: A UFPEL

A seguir apresentamos o resultado da análise feita através de um estudo de caso da implantação do Reuni na Universidade Federal de Pelotas/ UFPEL.

A UFPEL é uma instituição criada pelo decreto-lei nº. 750, de 8 de agosto de 1969, dentro da política da Reforma Universitária, resultante do processo de interiorização do ensino superior, aglutinando estabelecimentos isolados em uma instituição universitária. Conforme seu Regimento Geral, a UFPEL tem, como objetivos fundamentais, a educação, o ensino, a pesquisa e a formação profissional e pós-graduada, bem como o desenvolvimento científico, tecnológico, filosófico e artístico, estruturando-se de modo a manter e ampliar a sua natureza orgânica, social e comunitária.

Nesses mais de quarenta anos de funcionamento da Universidade, modificações significativas ocorreram quanto à estrutura acadêmica, como a criação de cursos; a criação, incorporação, transformação e extinção de Unidades, além da transformação de cursos em Unidades.

A UFPEL com a adesão ao REUNI - Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais Brasileiras - na sua proposta institucional propõe no período de 2008 a 2012 dobrar o número de alunos matriculados nos mais diversos cursos, o que significa um aumento de 100% em relação às vagas de 2007. É ainda intenção aumentar as

vagas de ingresso no ensino de graduação, especialmente no período noturno, neste sentido a instituição prevê criar 39 novos cursos, sendo 20 noturnos e 19 diurnos. Os reflexos da adesão da UFPEL ao REUNI são visíveis não somente no crescimento do ensino de graduação, mas também de pós-graduação.

Os dados levantados junto à instituição mostram que em 2011 o número de alunos de graduação em regime presencial na UFPEL, aproximava-se de 15 mil, (UFPEL, 2011), enquanto que no ano de 2007 abrangia aproximadamente 8 mil alunos, evidenciando que até o final de 2012, certamente a instituição alcançará a meta prevista de aumentarem 100% as vagas existentes em 2007.

As informações obtidas evidenciam que até o primeiro semestre de 2012 a UFPEL ultrapassou o número de cursos almejados criando um total de 48 cursos novos. Desse total, 19 cursos são noturnos representando (39,6%) e 29 (60,4%) são diurnos. Através dos resultados encontrados pode-se dizer que o maior número de cursos (11) foram criados, na área das Engenharias, entretanto apenas 02 com funcionamento no turno da noite, a Engenharia da Produção (Bacharelado) e o Tecnólogo em Transportes Terrestres. Destaca-se ainda que do total de 48 cursos novos criados na UFPEL, 12 são Tecnólogos, 05 são Licenciaturas e 31 Bacharelados. Os dados coletados apontam que proporcionalmente a maior incidência de cursos noturnos ocorreu entre os Cursos de Licenciaturas, sendo que das 05 Licenciaturas criadas, 04 são no turno da noite.

Os cursos de graduação criados na UFPEL a partir de 2008 são: Tecnólogo em Gestão de Cooperativas, Alimentos, Geoprocessamento, Processos Gerenciais, Transportes Terrestres, Hotelaria, Viticultura e Enologia, Gestão Pública, Agroindústria, Meio Ambiente, Gestão Ambiental diurno e Gestão Ambiental noturno; Bacharelado em Educação Física, Letras - Português/alemão,

Matemática, Teatro, Química Forense; bacharelado em Antropologia, Biotecnologia, Cinema e Audiovisual, Cinema e Animação, Conservação e Restauração de bens móveis, Design Digital, Engenharia Civil, Engenharia da Computação, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia Eletrônica, Engenharia de Materiais, Engenharia de Petróleo, Engenharia de Produção, Engenharia Geológica, Engenharia Hídrica, Engenharia Sanitária e Ambiental, Farmácia, História, Jornalismo e Comunicação, Letras - redação e revisão de texto, Letras - tradução espanhol – português, Letras - tradução inglês-português, música - Ciências musicais, música – composição, Psicologia, Terapia Ocupacional, Química Industrial e Relações Internacionais.

Cabe destacar, que até o ano de 2007, a UFPEL, não oferecia cursos superiores Tecnológicos, e na área das engenharias oferecia apenas os cursos de Engenharia Agrícola e de Engenharia Agrônômica. De 2008 para 2011, foram criados dez novos cursos de Engenharia, bem como diversos cursos tecnológicos. Esses dados evidenciam a pretensão da UFPEL em apostar na área das engenharias, onde ocorreu a maior oferta no número de cursos novos na instituição.

Com relação à expansão do ensino de graduação na UFPEL, que no que diz respeito à expansão do ensino noturno houve uma ampliação das vagas do mesmo, entretanto com bem menos intensidade do que ocorreu com o crescimento do ensino de graduação diurno, pois do total de 48 cursos de graduação criados, apenas 19 estão no turno da noite.

As análises sobre a expansão do ensino superior possibilitaram perceber a tendência, de crescimento de cursos na modalidade de ensino a distância, bem como de cursos tecnológicos, e do aumento progressivo da oferta de cursos noturnos, buscando atender as diretrizes do Reuni.

Na tentativa de compreender as políticas e ações que facilitam a permanência

dos alunos na UFPEL buscamos investigar junto aos Gestores as dificuldades e os avanços ainda necessários. A UFPEL, atualmente, tem procurado atender aos alunos com diferentes tipos de bolsas vinculadas à suas Pró-Reitorias: Pró-Reitoria da Graduação com; Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PRPPG); Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREC), Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE). No total, aproximadamente 4300 alunos são beneficiados com o programa de bolsas.

Segundo a Coordenaria de Pós-Graduação e Capacitação Docente da UFPEL, a instituição ofereceu em diversos setores 4500 bolsas, no ano de 2011.

A Fig. 1, mostra a distribuição das bolsas dentro da UFPEL. Dentro da Pró-Reitoria da Graduação com 495 bolsas de graduação com atuação nas áreas de monitoria, centro de informática, auxílio biblioteca, laboratório de informática da Graduação (LIG) e aproximadamente 50 do Programa de Educação Tutorial (PET) (UFPEL, 2011).

Dentro da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PRPPG), as bolsas foram distribuídas entre: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC); Programa Interinstitucional de Bolsas de Iniciação a Docência (PIBID) ambas do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico); Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PROBIC) e Bolsa de Iniciação Científica Tecnológica Institucional (PROBIT) ambas da FAPERGS (Fundação de Amparo da Pesquisa do Estado do RS) (UFPEL, 2011).

Já a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREC), contou com 315 bolsistas vinculados aos projetos de extensão universitária. A UFPEL contou ainda com aproximadamente 3000 bolsas de auxílio estudantil, ligadas à Pró-Reitoria de Graduação, distribuídas em auxílio moradia,

transporte, alimentação, pré-escolar e instrumental odontológico.

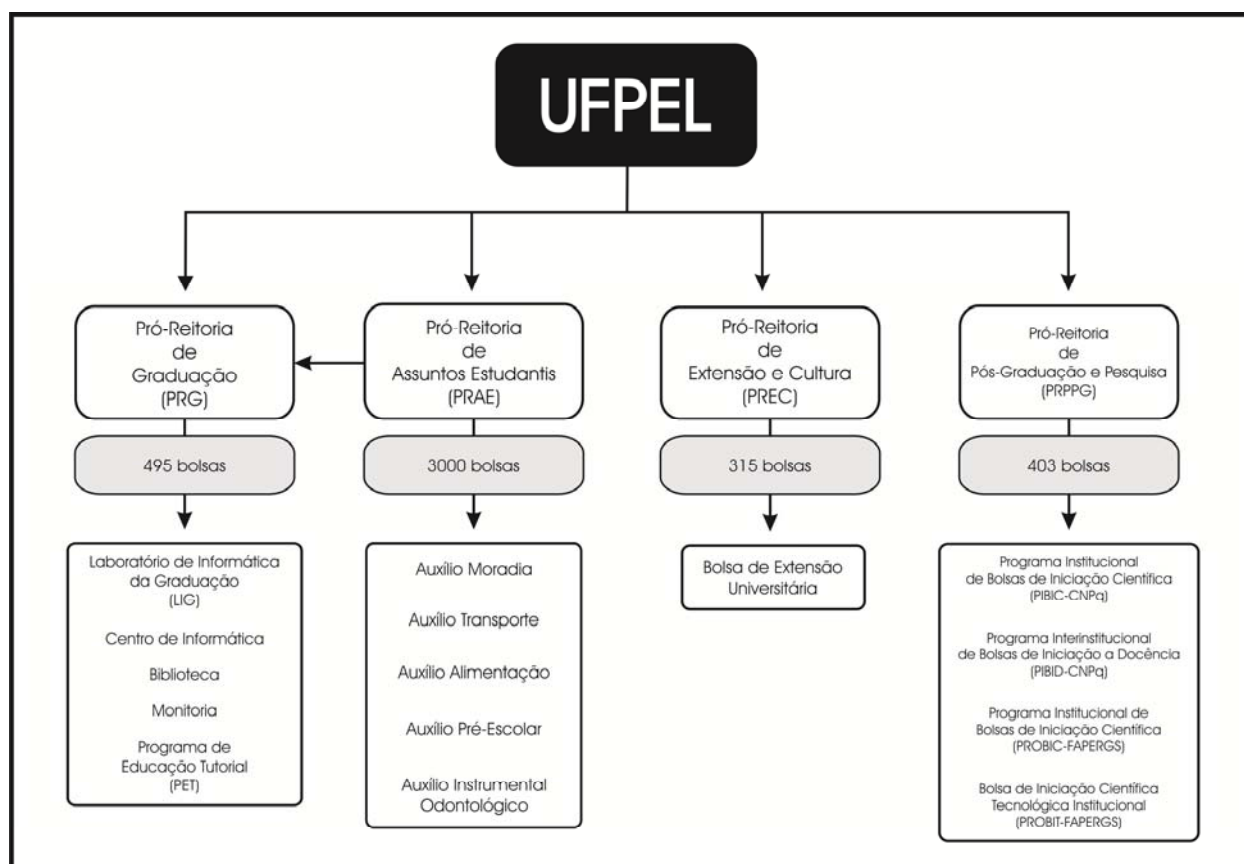


Figura 1 – Distribuição de bolsas na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

Fonte: RIBEIRO et al. (2012).

É necessário ressaltar o movimento de ampliação real de vagas da abertura de oportunidades para estudantes oriundos de extratos socioeconômicos inferiores. Os dados relativos à essa expansão da matrícula no nível superior, revelam que essa expansão não trouxe mudanças significativas na composição social dos estudantes. Os dados mostram que não há diferença significativa, tomando-se como indicador a renda familiar dos alunos, entre os matriculados no ensino superior, público e privado (RIBEIRO et al., 2011).

Percebe-se que tem havido pressão por vagas no nível superior oriunda das camadas de renda inferiores, mas esta não tem sido atendida. Sem uma educação de nível médio, adequada para competir com sucesso por uma

vaga no setor público e sem meios para pagar as mensalidades exigidas no setor privado, esses grupos estão excluídos do acesso. Muitos até prestam o vestibular no setor privado, mas não ingressam, pois não tem recursos para pagar as taxas e mensalidades. Dentre os que ingressam, é grande a evasão no setor privado. Também no setor público a evasão é significativa. A média anual de evasão entre 2000 e 2005 nas IES em todo o Brasil foi de 22%. No setor privado esse percentual era de 26% e, no setor público, em torno de 12% (SILVA-FILHO et al. 2007).

Sendo assim, o programa de bolsas da UFPEL, atua como uma importante ferramenta de manutenção dos acadêmicos no Ensino Superior, além de possibilitar um maior crescimento profissional.

Segundo Costa (2009), as políticas de assistência estudantis na educação superiores têm a finalidade de destinar recursos e mecanismos para que os alunos possam permanecer na universidade e concluir seus estudos de modo eficaz. Tais políticas devem estar voltadas às questões de ordem econômica, como auxílio financeiro para que o indivíduo realize as atividades diárias na instituição, mas também de ordem pedagógicas e psicológicas.

O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) desde 2007, se destina a auxiliar estudantes matriculados em cursos de graduação presencial de instituições federais de ensino superior. Um dos objetivos é dar subsídios para permanência de alunos de baixa renda nos cursos de graduação, com intuito de diminuir a desigualdade social e possibilitar a democratização na educação superior (COSTA, 2009).

Tal alternativa prevê auxílio à moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital e atividades de cultura, esportes, creche e apoio pedagógico. Esse plano pretende incorporar as demais propostas do Ministério da Educação (MEC), visando a expansão da oferta de vagas, garantia de qualidade, inclusão social e redução da repetência e da evasão.

Este plano foi elaborado pelo do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE, 2011), que entendeu a importância da assistência estudantil, como um fator de incorporação dos estudantes de baixa renda no processo de democratização da universidade. No início da década de 2000, tais ações passaram a ganhar uma perspectiva de uma política governamental. Mas para Gomes (2008), a fase atual das políticas de assistência estudantil ainda é muito recente para que se possa afirmar que haja contribuição para a equidade na educação superior. Todavia, diferentemente de tempos anteriores, há um programa nacional de

assistência ao estudante voltado, entretanto, somente para as universidades federais.

Quando analisamos, mais detalhadamente os Cursos de Licenciatura e Bacharelado da Escola Superior de Educação Física ESEF/UFPEL notamos um crescimento do número de alunos a partir do REUNI. Hoje esta unidade acadêmica conta com aproximadamente 450 alunos matriculados regularmente. Para a coleta de dados, utilizamos um questionário com questões abertas e fechadas, envolvendo os alunos matriculados no 5º e 7º semestres dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Educação Física, perfazendo um total de 94 alunos correspondente a 80% da população total dos acadêmicos concluintes naquele ano¹. Para a análise dos dados, foram utilizados os procedimentos de análise qualitativa de conteúdos – categorização, classificação e organização dos achados – descritos segundo André (1995).

Na Fig. 2, são apresentados os resultados da pesquisa realizada, onde consta o percentual de alunos bolsistas de acordo com o curso e o tipo de bolsa que possuem.

Entre os alunos respondentes (65,3%) afirmam ter sido bolsista em algum momento da vida acadêmica. No que diz respeito ao tipo de bolsa recebida, houve maior expressão quanto ao recebimento de bolsas de Extensão (46,9%), oferecidas pela PREC, o que se justifica pelo grande número de projetos de extensão cadastrados pela ESEF/UFPEL. No ano de 2010 a ESEF/UFPEL teve o registro na Pró-Reitora de Extensão e Cultura (PREC), de aproximadamente 30 projetos de Extensão Universitária, de caráter contínuo e gratuito, que visam proporcionar aos estudantes experiências com a comunidade local.

Na pesquisa, tivemos um percentual de 14,3% de alunos bolsistas Programa de Educação Tutorial (PET), justificando a

¹ Alguns resultados já foram publicados no artigo intitulado “A distribuição de bolsas como forma de indissociação entre ensino, pesquisa e extensão e permanência na Universidade”.

relevância do grupo. O PET – ESEF/UFPEL tem, na sua intervenção, os objetivos direcionados não só para a qualificação de seus bolsistas, mas também voltados para a proposição de atividades destinadas aos acadêmicos e profissionais de Educação Física, bem como à comunidade em geral (ESEF, 2011). Para se ingressar em tal

programa, o aluno passa por inúmeras etapas de seleção e recebe a bolsa até a conclusão do curso. Este grupo consegue aliar o Ensino, à pesquisa e extensão, já que para participar do mesmo, o aluno deve ter participação em atividades ligadas aos três pilares.

Bolsistas	n	%
Licenciatura	32	65,3
Bacharelado	17	34,7
Tipo de Bolsa	n	%
Monitoria	11	22,4
Trabalho*	5	10,2
Pesquisa (CAPES/CNPQ)**	2	4,1
FAPERGS***	1	2,0
Programa de Bolsas de Extensão e Cultura	23	46,9
Programa de Educação Tutorial (PET)	7	14,3
Outra	4	8,2

* Estão inclusas as bolsas de trabalho e/ou no Laboratório de Informática da Graduação.

** Estão inclusas as bolsas dos tipos PIBID e PIBIC.

*** Estão inclusas as bolsas do tipo PROBIT e PROBIC.

Figura 2 – Relação de bolsas da ESEF/UFPEL.

Fonte: Ribeiro et al. (2011)

Para Sobral (2001) iniciativas institucionais, como é o caso do PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica) do CNPq têm possibilitado o desenvolvimento de atividades de pesquisa por estudantes de Graduação, vinculado diretamente à Pós-Graduação e da criação recentemente do PROIN (Programa de Integração Pós-Graduação/Graduação) da CAPES, que procura reduzir a distância entre os dois níveis, apoiando projetos que visem à melhoria das disciplinas da graduação com o auxílio da Pós-Graduação.

A pesquisa, ainda avaliou o benefício percebido pelos alunos no que diz respeito à posse de bolsas. E o principal benefício atribuído por eles, é o auxílio financeiro, já que muitos alunos são obrigados a trabalhar

desde o ingresso na Universidade, para manter-se na Universidade, prejudicando de certa forma seu aprendizado e inserção maior no contexto da vida acadêmica. O tempo passa a não ser suficiente para fixar os conteúdos, ou para participar de projetos oferecidos pela Universidade, interferindo diretamente no seu desenvolvimento profissional.

A concomitância trabalho e estudo no ensino superior tem sido cada vez mais uma realidade, entre os estudantes brasileiros. O que diferencia em muitos momentos é a relação estabelecida com o trabalho, o tipo de atividade, a carga horária, a proximidade ou não com o curso, ou outras variáveis.

Em muitos momentos da vida acadêmica, há uma luta constante entre o que gostariam de fazer e o que é possível fazer, diante da carga horária de trabalho, tempo insuficiente para dar conta das solicitações do curso e outras, de ordem social e cultural, condicionadas pelos baixos recursos financeiros (privar-se de cinema, teatro, espetáculos, eventos científicos, aquisição de livros e revistas etc.). Refugiar-se no isolamento é a saída encontrada, como revelaram vários estudantes (Grignon & Gruel, 1999).

Para Neves (2010), um grande desafio para o Brasil é o da ampliação do acesso ao ensino superior e da inclusão social. O Brasil conta com uma matrícula atual de 5,8 milhões de estudantes e tem um sistema de educação superior bastante peculiar: um sistema público (federal, estadual ou municipal) de universidades, a maioria de pesquisa e com pós-graduação, consideradas de qualidade, mas com apenas 25% da matrícula; e um segmento privado, bastante diversificado com poucas IES de pesquisa e a maioria IES de graduação profissional que detém 75% da matrícula.

Outro aspecto a ser destacado refere-se ao movimento de ampliação real de abertura de oportunidades para estudantes oriundos de extratos socioeconômicos inferiores. Os dados relativos à expansão da matrícula no nível superior, ao contrário do que se poderia supor, revelam que essa expansão não trouxe mudanças significativas na composição social dos estudantes. Os dados mostram que não há diferença significativa, tomando-se como indicador a renda familiar dos alunos, entre os matriculados no ensino superior, público e privado.

A concentração de estudantes pertencentes à parcela mais rica da população é superior a 50% em ambos os setores: 53,7% dos estudantes que frequentam a rede pública e 58,7% dos que frequentam a rede privada são oriundos de famílias do quinto mais elevado, que representam apenas 9,6% das

famílias brasileiras, enquanto, apenas 2,9% e 1% dos estudantes do ensino público e privado respectivamente, são oriundos de famílias do 1º quinto, que correspondem a 30,2% das famílias do país (PNAD/IBGE, 2007).

De qualquer modo, tem havido pressão por vagas no nível superior oriunda das camadas de renda inferiores, mas esta não tem sido atendida. Sem uma educação de nível médio, adequada para competir com sucesso por uma vaga no setor público e sem meios para pagar as mensalidades exigidas no setor privado, esses grupos estão excluídos do acesso. Muitos até prestam o vestibular no setor privado, mas não ingressam, pois não tem recursos para pagar as taxas e mensalidades. Dentre os que ingressam, é grande a evasão no setor privado. Também no setor público a evasão é significativa.

É, portanto, fundamental, a adoção de medidas que viabilizem o ingresso no ensino superior e a possibilidade de conclusão dos estudos com sucesso para essas populações de estudantes. Essas são questões prementes no Brasil (Observatório da Educação - CAPES).

O Brasil conseguiu transformar-se numa sociedade moderna com níveis de desenvolvimento que o apresentam como potência emergente mantendo, no entanto, um desempenho extremamente precário do seu sistema educacional. Persiste uma pirâmide educacional profundamente perversa, que só permite que uma fração muito pequena de estudantes tenha acesso à educação superior. Isto agora se mostra como o maior empecilho às perspectivas futuras de desenvolvimento nacional. O Brasil conseguiu transformar-se numa sociedade moderna com níveis de desenvolvimento que o apresentam como potência emergente mantendo, no entanto, um desempenho extremamente precário do seu sistema. Persiste uma pirâmide educacional profundamente perversa, que só permite que uma fração muito pequena de estudantes tenha acesso à educação superior. Isto agora se mostra como o maior empecilho às

perspectivas futuras de desenvolvimento nacional (NEVES, 2010).

4 Considerações Finais

Com a expansão dos cursos de graduação na UFPEL, especialmente a partir do Programa Reuni, há uma diversificação na configuração do ensino de graduação, com a criação de cursos tecnológicos e o forte investimento na área das engenharias, até então, totalmente carente na instituição. Acredita-se que tal fato possa ter ocorrido em função da demanda de mercados específicos na área que necessita de profissionais qualificados para o exercício da função, principalmente em função do alargamento das fronteiras do conhecimento, mudanças na economia e descobrimento de novas fontes de energia. Também associado a essa questão pode estar o investimento que vem ocorrendo na região com a construção de plataformas da Petrobrás.

É fato que as transformações causadas pelo inevitável avanço tecnológico faz surgir uma forte relação entre tecnologia e desenvolvimento. No que diz respeito à região sul do estado do Rio Grande do Sul, onde se localiza a UFPEL, constata-se que o Polo Naval da cidade de Rio Grande, apresenta em sua composição empresas fornecedoras de produtos e serviços, que migraram para a região sul do estado e que são detentoras de tecnologias voltadas à construção naval.

Acredita-se que a variação dos arranjos produtivos, gerada com a instalação dessas empresas componentes da cadeia produtiva de apoio ao polo naval, tende a gerar uma demanda por recursos humanos qualificados, os quais, pela especificidade, não são encontrados na região. Nesse sentido a Educação Tecnológica, torna-se entre outras formas, e juntamente com os empreendimentos regionais, um dos mais importantes pilares de sustentação do desenvolvimento econômico e social da metade sul do estado, figurando entre os

fatores que podem e devem contribuir para o desenvolvimento local e regional.

Desse modo, a Universidade Federal de Pelotas ao assumir a responsabilidade da formação tecnológica em seu meio acadêmico, faz adesão ao processo de diferenciação institucional, com distintos tipos de formações e cursos, atendendo diferentes clientelas. Assim, pode responder a necessidade de formar pessoas com diferentes tipos de competências para preencher a grande variedade de ocupações e postos de trabalho existentes. Ao contemplar estudantes com diferentes tipos de formação, possibilita uma educação compatível com as possibilidades de cada um, e atende de forma mais eficiente às demandas diferenciadas do mercado de trabalho.

No entanto, esse cenário de expansão que ocorreu principalmente no ensino de graduação na UFPEL, sem dúvida requer reflexão, pois o crescimento do acesso a esse nível de ensino impõe desafios qualitativos e de inclusão aos gestores e demais profissionais das instituições de ensino superior.

Embora hoje perceba-se uma maior preocupação em incluir uma parcela da sociedade que não tinha possibilidade de acesso e permanência na educação superior; nos deparamos com a falta de elementos concretos para a permanência, de forma que se possa afirmar que a educação superior tenha se tornado equitativa para todos os estudantes.

Um dos desafios que se faz presente, diz respeito a compreender as novas características que apresentam os alunos ingressantes, seu perfil, e os impactos que isso pode representar para o Plano de Desenvolvimento Institucional, e para cada projeto pedagógico dos cursos.

Referências

André, M. E. D. A. Etnografia da prática escolar. 4 ed. Campinas: Papirus, 1995.

- Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). Documentos relativos à Reforma Universitária. Disponível em: http://www.andifes.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=32&Itemid=27. Acesso em: 12 Set. 2010.
- Bogdan, R.; Binklen, S. Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto, Porto Editora, 1991.
- Costa, S. G. A permanência na educação superior no Brasil: uma análise das políticas de assistência estudantil. 2009. In: IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. Florianópolis/SC. Disponível em: http://www.inpeau.ufsc.br/wp/wp-content/Bd_documentos/coloquio9/IX-1152.pdf. Acesso em: 14 Set. 2012.
- Escola Superior de Educação Física (ESEF). Disponível em: <http://esef.ufpel.edu.br/>. Acesso em: 22 Jul. 2011.
- Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE). Plano Nacional de Assistência aos Estudantes de Graduação das IFES. Brasília, 2011.
- Gaioso, N. P. L. O fenômeno da evasão escolar na educação superior no Brasil. 2005. 75 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2005.
- Gisi, M. L. A Educação Superior no Brasil e o caráter de desigualdade do acesso e da permanência. Diálogo Educacional, Curitiba, v. 6, n. 17, p. 97-112, 2006.
- Gomes, A. M. As reformas e políticas da educação superior no Brasil: avanços e recuos. In: MACEBO, Deise; SILVA JR. João dos Reis; OLIVEIRA, João Ferreira. Reformas e Políticas: educação superior e pós-graduação no Brasil. Campinas, 2008.
- Grignon, C.; Gruel, L. La vie étudiante. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.
- Lisboa, I. C. D. A. Instituições de ensino superior: a dinâmica da mudança. 2003. In: LISBOA, I. C. D. A. As tecnologias de informação como fator de mudança em Instituições de Ensino Superior. Belo Horizonte: FUMEC-FACE.
- Neves, C. Desafios Contemporâneos no Ensino Superior. Observatório da Educação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. UFRGS- Edital CAPES, 2010.
- Observatório da Educação (CAPES). Disponível em: <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/observatorio-da-educacao>. Acesso em 15 Ago. 2011.
- Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD). IBGE, 2007.
- Ribeiro, J. A. B.; Goveia, R. R.; Afonso, M. R.; Cavalli, A. S. A distribuição de bolsas como forma de indissociação entre ensino, pesquisa e extensão e permanência na Universidade. Lecturas Educación Física y Deportes (Buenos Aires). Año 16, Nº 161, Octubre de 2011. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd161/a-distribucion-de-bolsas-na-universidade.htm>. Acesso em: 14 Fev. 2012.
- Silva-Filho, R. L. L.; Motejunas, P. R.; Hipólito O.; Lobo, M. B. C. M. A evasão no ensino superior brasileiro. Cadernos de Pesquisa. 2007; 37: 641-59.
- Sobral, F. F. Para onde vai a Pós-Graduação brasileira. In: SOBRAL, Fernanda Fonseca; PORTO, Maria Stela Grossi (Org). A contemporaneidade brasileira: dilemas para a imaginação sociológica. Santa Cruz: EDUNISC, 2001.
- Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/>. Acesso em: 20 Jun. 2011.
- Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/prae> Acesso em: 16 Ago. 2011.
- Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – PREC. Disponível em: <http://prec.ufpel.edu.br/>. Acesso em: 29 Jul. 2011.
- Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Pró-Reitoria de Graduação – PRG. Disponível em: <http://prg.ufpel.edu.br/>. Acesso em: 20 Jun. 2011.
- Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PRPPG. Disponível em: <http://prppg.ufpel.edu.br/>. Acesso em: 19 Jun. 2011.